



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
PA COPAM Nº: 132/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Mineração S. Rezende Ltda.		CNPJ: 04.039.074/0001-92	
EMPREENDIMENTO: Mineração S. Rezende Ltda.		CNPJ: 04.039.074/0001-92	
MUNICÍPIO: Lagoa Grande/MG		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Leonardo Dayrell Nunes		REGISTRO: CREA/MG 129.010/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Larissa Medeiros Arruda Gestora Ambiental		1332.202-9	
De acordo: Ricardo Barreto Silva – Diretor Regional de Regularização Ambiental		1148399-7	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)**

O empreendimento Mineração S. Rezende Ltda., atua no ramo de atividades minerárias, exercendo suas atividades no município de Lagoa Grande/MG. Em 10/01/2020 foi formalizado via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA o processo para obtenção de licença simplificada do empreendimento que recebeu o número 132/2020.

A atividade principal do empreendimento é a extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, classificada como classe 3 pela Deliberação Normativa nº 217/2017. Conforme o IDE-Sisema, não existe nenhum fator locacional e nem de restrição ambiental para o local do empreendimento.

A área está localizada nos depósitos aluvionares do rio da Prata, constituídos de areias, cascalhos e siltes. A exploração de areia é realizada por meio de dragagem no leito do rio da Prata feita em uma balsa equipada com um equipamento de sucção. A água misturada com areia é levada por tubulação até depósitos (caixas) de areia onde a água é decantada e retorna ao rio através de tubulação PVC de 4 polegadas, sem qualquer contato com seus barrancos, evitando a formação de processos erosivos e o carreamento de sedimentos para o seu leito. Não é realizado nenhum beneficiamento do minério no empreendimento. A areia obtida na dragagem é comercializada *in natura*.

A área total do empreendimento é de 14,4750 ha, sendo 3,5902 ha de APP's, 3,0732 ha de reserva legal e 0,08 ha de benfeitorias. A intervenção em APP é caracterizada pela passagem de tubulações, desembarque da balsa e passagem de veículos e totaliza 0,0594 ha e está regularizada por um DAIA nº 27364-D. As caixas de areia não estão localizadas em APP. A reserva legal está registrada na matrícula nº 33.561 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de João Pinheiro. O empreendimento também apresentou recibo do CAR sob nº MG-3136306-6106.2269.B55E.4A6F.9FD7.C6D4.C2F8.3FA0.

Para realizar intervenção em recursos hídrico, o empreendedor obteve outorga para dragagem de curso d'água para fins de extração mineral, Portaria de Outorga nº 1701274/2018.

Os principais impactos mapeados no RAS são ocorrência de processos erosivos, assoreamento do corpo hídrico, geração de efluentes sanitários, de resíduos sólidos e efluentes atmosféricos e impactos à fauna (ictiofauna). Para mitigar esses impactos estão previstas medidas como bacias de contenção para águas pluviais, tubulação de retorno da água para o rio sem que a mesma entre em contato com as margens, manutenção de veículos e máquinas, separação de resíduos sólidos e correto manuseio do equipamento de sucção da draga e tela de proteção para os peixes.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Conclui-se que com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Mineração S. Rezende Ltda. para a atividade de "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" no município de Lagoa Grande/MG pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo neste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Mineração S. Rezende Ltda.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar, anualmente, relatório técnico-fotográfico que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos apresentados, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência da Licença
02	Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os filtros de óleos, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento para atendimento de eventuais fiscalizações.	Durante a vigência da Licença
03	Instalar compartimento (bandejas sob o motor) nas dragas, para conter eventuais vazamentos de combustíveis e/ou lubrificantes. Apresentar relatório fotográfico comprobatório junto à SUPRAM NOR.	120 dias
04	Instalar dispositivo na tubulação de sucção da draga que impeça a entrada de animais da ictiofauna. Apresentar relatório fotográfico comprobatório junto à SUPRAM NOR.	120 dias

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Mineração S. Rezende Ltda.

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e saída da ETE sanitária	PH, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, DBO, óleos e graxas	Anual

**Local de amostragem:** Entrada da fossa séptica (efluente bruto): especificar local.

Saída da fossa séptica (efluente tratado): especificar local. Por exemplo: após o decantador secundário.

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.